

Leonidas afirma que 'minorias' se impõe na Constituinte

Janio de Freitas

Regime de pressão

As narrativas das duríssimas conversas (pelo menos duas) a que na terça-feira o presidente Sarney chamou o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, eliminam qualquer dúvida de que os dois tinham firmado um acordo envolvendo o regime de governo e o mandato presidencial.

Cercado, na conversa que à noite se realizou no Alvorada, pelo presidente, o general Ivan de Souza Mendes (SN), o conselheiro-geral Saulo Ramos e o ministro Ronaldo Costa Couto, Cabral, que se fez acompanhar do senador Fernando Henrique Cardoso, foi por Saulo explicitamente acusado de traição, com o adendo cruelmente esclarecedor: "Nós combinamos tudo e você mudou a proposta".

Saulo Ramos referia-se ao regime de Governo. Cabral incluiu no projeto os cinco anos de mandato desejados por Sarney, mas introduziu o regime parlamentarista quase clássico, em lugar do coquetel de regimes com que os estrategistas do Planalto esperavam manter os poderes fundamentais do presidente e, criando-se um primeiro-ministro com alguns poderes, obter a aquiescência dos parlamentaristas menos convictos.

Disse o presidente em São Paulo, anteontem, referindo-se às tão anunciadas pressões a serem agora desfechadas sobre a Comissão de Sistematização, para que restabeleça os poderes presidenciais, que "o governo não tem pressão de nenhuma maneira e em nenhum setor". Terá sido por coincidência, então, que a conversa no Alvorada deu-se tão logo confirmada a proposta de parlamentarismo e na véspera da apresentação do projeto por Cabral. Assim como terá sido por acaso que os quatro interlocutores de Cabral dele

tentaram extrair, durante três horas e meia, a substituição do parlamentarismo pelo regime de coquetel. Não sabiam que Cabral estava magoado com o presidente, por ter sido desprestigiado pelo próprio e pelos demais agentes do Planalto — inconfessado mas provável motivo da inclusão do parlamentarismo e, no Alvorada, da resistência ao acervo para que ao menos propusesse a mudança de regime só após o fim do governo Sarney.

Não são pressões, é claro, que o presidente está exercendo sobre os integrantes da Comissão de Sistematização a que vem chamando ao palácio. Tanto que seu argumento central, para os que já o foram ouvir, é a tese de que, "se aprovado o parlamentarismo, o país ficará ingovernável". E não há dúvida de que sua tese incute otimismo: o país deixaria de ser ingovernado de fato, como ocorre, para a hipótese de não o ser. O presidente tem tantos e tão palpáveis argumentos mais, que ainda não recorreu aos que lhe tem oferecido o deputado José Serra, parlamentarista declarado que procura abastecer o Planalto com elementos econômicos pró-presidenciais. Ah, como são árduos certos caminhos para chegar ao ministério, a que nem garantem chegar.

Advertido por Ulysses Guimarães de que sua intererência pessoal e direta na Constituinte provocaria, como de outras vezes aconteceu, reações de exaltação, o presidente respondeu-lhe que lamenta muito mas, em defesa do mandato de cinco anos e dos seus poderes de presidente, vai então levantar muito mais exaltações do que já fez. Não precisaria dizer mais, a respeito de pressões. E do que entende por soberania da Constituinte.

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

O general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, reclamou ontem, durante a reunião do ministério, que o governo não está conseguindo ver suas posições refletidas nos trabalhos do Congresso constituinte e afirmou que uma "minorias de ativistas" está se sobrepondo ao sentimento da maioria que, segundo ele, é "moderada".



Além dessa crítica, o ministro do Exército reclamou — e com veemência, segundo o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA) — do fato de que os entendimentos prévios com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, não haviam sido obedecidos. O general se disse "surpreendido" com o texto que Cabral apresentou anteontem.

As queixas e críticas do ministro do Exército se dirigiam aparentemente apenas aos itens do substitutivo Cabral que tratam de questões refe-

rentes às Forças Armadas (a definição do papel institucional dos militares e a anistia aos militares punidos desde o Movimento Militar de 1964).

Mas, como as declarações do ministro foram feitas a portas fechadas (presentes apenas os demais ministros, os líderes do PMDB e do PFL e o presidente da República), as interpretações variaram profundamente. O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, por exemplo, disse à Folha que o general Leonidas fizera "comentários sobre o ponto em que estavam os trabalhos constitucionais". E acrescentou: "Comentários que qualquer outro ministro poderia ter feito".

José Lourenço não encarou tão rotineiramente as declarações do ministro do Exército. Para o líder petista, o general foi "veemente" nas suas observações.

Outro ministro, que preferiu não ter o nome publicado, achou que o general Leonidas estava se referindo, essencialmente, à questão da anistia para os militares punidos pelos atos de força editados durante o ciclo militar. Já as lideranças do PMDB no Congresso constituinte viram nas

frases do ministro do Exército um ataque frontal à definição do papel das Forças Armadas introduzida pelo relator Bernardo Cabral.

O substitutivo do relator diz que as Forças Armadas destinam-se "à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional". O trecho "por iniciativa expressa destes" não constava do trabalho inicialmente preparado pelo grupo de relatores-adjuntos e assessores técnicos que se reunia no 24º andar do Banco do Brasil, em Brasília. E, menos ainda, da definição vigente do papel das Forças Armadas, pela qual elas podem agir também para defender "a lei e a ordem".

É óbvio que, tão logo vazou para a imprensa a manifestação do general Leonidas, ela se transformou no prato do dia para o mundo político, desviando as atenções da batalha em torno do sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), em que os constituintes estavam mergulhados.

Para essa mudança de rumos, contribuiu o fato de que o presidente Sarney, na reunião do ministério, não tocou no assunto do sistema de

governo, ao contrário do que se havia anunciado antes da reunião. Sarney limitou-se a pedir que cada ministro examine o texto do substitutivo dos relatores da Comissão de Sistematização, para apresentar as sugestões relativas às suas áreas específicas, "de comum acordo com as lideranças da Aliança Democrática" (a coligação PMDB-PFL).

É previsível que, na área política, caiba ao chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, apresentar sugestões para que o Congresso constituinte mantenha o presidencialismo, substituindo, portanto, o parlamentarismo quase puro que Cabral incluiu no seu texto. Afinal, foi sobre esse assunto que Sarney conversou mais longamente com Cabral e também com o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, na noite de anteontem.

A conversa com Sarney não mudou a disposição de Cabral em favor do parlamentarismo. Após ouvir o presidente, Cabral disse a seus assessores: "Disso (do parlamentarismo) eu não abro mão". Resta ver se sustenta essa posição na nova fase de trabalhos do Congresso constituinte.

Arinos encontra hoje os ministros militares

Da Sucursal de Brasília e da correspondente em Vitória

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), centro-direita, presidente da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, promove hoje, às 13h, em seu apartamento, um almoço com quatro ministros militares para discutir a proposta de sistema de governo parlamentarista contida no substitutivo dos relatores da Comissão de Sistematização. Além de admitir modificações no parlamentarismo, com o fortalecimento dos poderes do presidente da República, Arinos acenará com a possibilidade de um mandato de seis anos para o presidente José Sarney.

"Isso (o parlamentarismo) é conveniente. É quase irreversível", disse Arinos no final da tarde de ontem, confirmando a presença do general Leonidas Pires Gonçalves (Exército), do almirante Henrique Sobôia (Marinha), do brigadeiro Octávio Moreira Lima (Aeronáutica) e do general Paulo de Campos Paiva (Estado-Maior das Forças Armadas). O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), centro-esquerda, e os deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), direita, Luiz Henrique (PMDB-SC), centro-esquerda, e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), centro-direita, também participarão do almoço.

A preocupação de Arinos e dos quatro constituintes defensores do parlamentarismo é traçar uma estratégia que garanta a aprovação desse sistema pela maioria dos 93 membros da Comissão de Sistematização.



O deputado Israel Pinheiro Filho



O senador Afonso Arinos (PFL-RJ)

almoço com os ministros militares é o primeiro passo para uma negociação com o presidente José Sarney.

Embora não seja uma posição consensual no interior do grupo parlamentarista do Congresso constituinte, uma negociação para garantir a manutenção do parlamentarismo poderá incluir a fixação da duração do mandato presidencial em seis anos. Uma parte do grupo concorda plenamente com esta proposta. Além de Arinos, os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA), centro-esquerda, e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), centro, integram este grupo.

Outra parcela dos defensores do parlamentarismo não admite que a duração do mandato presidencial seja um "ponto de negociação", mas admite que o resultado final das conversas resulte em seis anos para Sarney. "Se colocarmos em discussão uma dilatação do mandato, perdemos as esquerdas, que têm o mandato de quatro anos como uma bandeira", afirmou o senador José Fogaça (PMDB-RS), centro-esquerda. A data de implantação do sistema, que não foi definida no substitutivo, é um segundo elemento de negociação.

Para garantir a aprovação do parlamentarismo, um grupo de 35 parlamentares começou a articular uma estratégia de negociação com os membros da Comissão de Sistematização. Suprapartidário, o grupo inclui Luiz Henrique, Saulo Queiroz (PFL-MS), centro, Sandra Cavalcanti, Pimenta da Veiga (PMDB-MG), centro-esquerda, Roberto Freire (PCB-PE), esquerda, Fernando Henrique Cardoso, Bonifácio de Andrada e César Cals (PDS-CE), direita.

A primeira reunião foi marcada para as 19h30 de ontem, mas até as 20h15 ainda não havia começado. A principal discussão seria sobre a competência reservada ao presidente da República. "Como está, não será aprovado", disse Fogaça, que defende um fortalecimento político do presidente.

Afirmando que não é presidencialista e que defende o parlamentarismo, o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, disse, ontem no final da tarde, no aeroporto de Goiabeiras, em Vitória (ES), que considera o regime parlamentarista mais democrático até pela "gênese com que o Congresso é formado". Perguntado se é candidato a presidente da República, Covas disse que "não desdenha a posição de presidente da República, espero um dia poder ser, só acho que não é este o instante adequado e isso direi ao meu partido. Mas, evidentemente, vou não fixa seu futuro segundo a sua vontade".

"Marajás" do Rio - O governador do Rio, Wellington Moreira Franco, 42, deve divulgar hoje ou segunda-feira a lista de "marajás" do Estado. Moreira pediu ao Proderj (Centro de Processamento de Dados do Estado do Rio de Janeiro) que listasse todos os funcionários que ganham mais de C\$ 150 mil. Numa primeira fase só serão listados os da administração direta (secretarias, fundações e polícias militar e civil). Somente no meio da próxima semana será divulgado a lista das empresas de administração indireta.



Elza Fiuza/Empresa Brasileira de Notícias

"Marajás" do RS - O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Almir Lorenzon, divulgou ontem a lista dos salários recebidos pelos servidores da Casa. O maior salário entre os 1.307 funcionários da Assembleia é de C\$ 148 mil, recebido por um dos três procuradores da Casa. Os outros dois procuradores ganham entre C\$ 123 mil e C\$ 127 mil. A maior parte dos funcionários (28,6%) ganha acima de C\$ 32 mil e a menor (6,1%) tem salários entre C\$ 9 mil e C\$ 12 mil.

POSSE DE MESQUITA

O ex-ouvidor-geral da República, Fernando Cesar Mesquita, 48, tomou posse (foto) ontem de manhã no cargo de governador do Território de Fernando de Noronha (arquipélago 360 km a leste de Natal-RN), em cerimônia realizada no Ministério do Interior, em Brasília. Mesquita disse, antes de embarcar para Fernando de Noronha, que a preservação do meio ambiente e a resolução de problemas emergenciais de infra-estrutura serão as prioridades de sua administração.

"Marajás" de GO - O governo de Goiás divulgou ontem a relação de servidores goianos que recebem salários superiores a C\$ 100 mil. O maior vencimento é de C\$ 226 mil. Na administração indireta, foram registrados 73 salários superiores a C\$ 100 mil, todos das Centrais Elétricas de Goiás. Também a Assembleia Legislativa divulgou seus "marajás", a começar do presidente, com salário de C\$ 242 mil, seguido dos demais deputados, com C\$ 191 mil.

General - O comandante militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes, disse ontem em Porto Alegre (RS) que "como militar que sou, conhecendo a história do nosso país, e as nossas Forças Armadas, não me senti em condições de continuar ouvindo aquelas injúrias espúrias e degradantes proferidas ostensivamente por um deputado". O comandante se referia ao discurso, anteontem, do deputado petista Raul Pont, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com críticas ao Movimento de 64. O discurso provocou a retirada de Guedes, que assistia a sessão solene da Casa em comemoração à Semana do Soldado. O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), 57, classificou o incidente de "desagradável".

Nuclebrás - A assessoria de imprensa da Nuclebrás informou ontem que a estatal inaugurará sua primeira fábrica de elementos de separação — interligada à fábrica de combustível de enriquecimento de isótopo de urânio — na próxima segunda-feira, no município de Resende (a 161 km ao sul do Rio). As instalações ocupam uma área de 486 metros quadrados e custou à Nuclebrás cerca de US\$ 22 milhões. A fábrica, segundo a assessoria, tem como principal objetivo a produção de peças de alumínio utilizadas no processo de enriquecimento — ou seja, se destina a suprir a usina de enriquecimento de urânio instalada também em Resende.

Liberalismo - A Sociedade Tocqueville e a Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie iniciam hoje, às 20h, o seminário "Perspectivas do liberalismo no Brasil". Participam do evento os professores Antonio Pain (Universidade de Brasília), Ubiratan Macedo Guimarães Pereira e Ricardo Velez Rodrigues (Universidade de Juiç de Fora), Francisco Martins de Souza (UFRJ) e Paulo Mercadante, fundador da Sociedade Tocqueville.

Agendas

Executivo	
Presidente	13h
9h Parlamentares	Almoço com Donna Jean Hirak, cônsul para assuntos políticos dos EUA
11h30 D. Luciano Mendes de Almeida e d. Ivo Lorscheiter, presidente e ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	17h Getúlio Hanashiro, secretário dos Negócios Metropolitanos
11h45 Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo	18h Cerimônia de outorga da condecoração "Ordem do Ipiranga" a Therezinha Godoy Zerbini
Prefeito	
16h30 Procurador-Geral da República	Não foi fornecida
Legislativo	
Governador	
10h Antônio Carlos Mesquita, secretário de Governo	
Congresso constituinte	
11h Posse do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra	
14h30 Reunião do plenário	

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM

PRESENTE	AUSENTE
52 Congresso constituinte	507
Senado não houve sessão	
Câmara dos Deputados não houve sessão	
22 Assembleia Legislativa	62
13 Câmara Municipal	20

Grupos suprapartidários vão apresentar emendas em bloco

Da Sucursal de Brasília

Cada um dos grupos suprapartidários em atuação no Congresso constituinte deve apresentar em bloco suas emendas ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM). Desde ontem os grupos começaram a se reunir para analisar o substitutivo de Cabral. O prazo para apresentação de emendas inicia-se hoje e termina na quarta-feira, dia 2 de setembro, à meia-noite.

O primeiro grupo a analisar o substitutivo de Cabral foi o "moderado", liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pelo deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG). Participaram do encontro constituintes de centro-direita e direita, como Guilherme Afif Domingos (PL-SP), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Equipes de trabalho
Os participantes da reunião formaram equipes de trabalho para analisar cada tema do substitutivo de Bernardo Cabral em comparação com o projeto de Constituição chamado "Hércules", do grupo "moderado" — o último de uma série com nomes tirados da literatura ou da mitologia. Segundo o deputado Israel Pinheiro Filho, cerca de 80% do anteprojeto de Cabral coincide com o "Hércules". Os pontos em que há discordâncias estão sendo levantados pelo próprio deputado, pelo senador Richa e pelos deputados Sandra Cavalcanti, Renato Vianna (PMDB-PR), Francisco Dornelles e Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC).

A partir de terça-feira, segundo Israel Pinheiro, o grupo começará a entregar as emendas à Comissão de Sistematização, com redação final do deputado Prisco Viana (PMDB-BA). Israel Pinheiro disse que o grupo "moderado" vai procurar negociar com todos os outros, tentando encontrar um consenso que evite muita discussão em plenário.

Esquerda
O grupo de "esquerda", que segundo o deputado José Genoino (SP), vice-líder do PT, é composto de 102 constituintes, reuniu-se ontem à noite no Centro Cultural Missionário, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), localizada na Asa Norte, a cerca de 1,5 km do Congresso Nacional. O grupo, que é integrado pelo PDT, PT, PC do B, PCB, PSB e parte do PMDB (a ala agrupada no

Proposta "Cabral-1" tem ao todo 374 artigos

Da Reportagem Local

Só na madrugada de ontem o Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) finalizou a impressão do substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização. Embora os relatores-adjuntos tenham anunciado um texto com cerca de 280 artigos, o esboço da nova Constituição tem 374 artigos, sendo 305 de matéria constitucional e 69 de disposições transitórias (o anteprojeto anterior tinha 492 artigos).

Depois de cinco versões que foram negociadas entre os diversos grupos do Congresso constituinte, esta sexta versão foi batizada como "Projeto Cabral-1" por ter a marca pessoal do relator da Comissão de Sistematização. Durante todo o dia de ontem, parlamentares e assessores examinaram minuciosamente o texto, iniciando a preparação de emendas que poderão ser encaminhadas até o próximo dia 2 de setembro. Cabral terá, posteriormente, cinco dias para apresentar seu parecer sobre as emendas. Em seguida, os 93 membros da Comissão de Sistematização iniciarão a votação do texto.

Movimento da Unidade Progressista-MUP), levantou 29 pontos a serem emendados no projeto de Cabral. Entre eles estão a estabilidade no emprego, reforma agrária, função das Forças Armadas, estado de defesa, sistema distrital misto, sistema de governo e mandato de Sarney.

Hoje de manhã reúne-se, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o grupo do "consenso", liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). Outro grupo, o "Centro Democrático", do líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Expedito Machado (PMDB-CE) e Marcos Lima (PMDB-MG), ligado ao Palácio do Planalto, também formou comissões de trabalho para examinar o substitutivo de Cabral.

Emendas do Planalto
Carlos Sant'Anna só começou a examinar o texto depois das 17h de ontem. O grupo de Sant'Anna vai apresentar as emendas de interesse do Palácio do Planalto, entre elas a que estabelece que o sistema de governo será presidencialista (o substitutivo Cabral propõe o parlamentarismo).

Negociação vai começar pela proposta do senador Fogaça

Da Reportagem Local

Começou ontem mesmo, 24 horas após a entrega do substitutivo Cabral, a negociação em torno do sistema de governo, que tende a ser a grande batalha estritamente política da fase final dos trabalhos constitucionais. E a negociação começou pela exumação da proposta do senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovada em subcomissão e rechaçada mais tarde, que prevê um sistema batizado de "presidencialismo mitigado".

Na prática, a proposta Fogaça é presidencialista, ainda mais se comparada com o texto finalmente incluído no relatório Cabral, fortemente parlamentarista. A ideia de ressuscitar a proposta do senador gaúcho nasceu dos setores de centro-esquerda do PMDB, a partir do fato de que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, havia concordado com ela, na fase preliminar dos trabalhos do Congresso constituinte. Agora, Sant'Anna comanda os presidencialistas, fiel à orientação do Palácio do Planalto, que quer ver adotado o presidencialismo puro.

A negociação em torno do sistema

de governo passa, hoje, pelo almoço entre o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, parlamentarista convicto, com os ministros militares, contrários ao parlamentarismo (veja reportagem acima).

E envolve gestões do grupo dito "progressista" do PMDB com o PT (presidencialista em bloco), para tentar reverter a posição do partido liderado por Luis Inácio Lula da Silva. Os peemedebistas interessados na aprovação do parlamentarismo acham que as negociações com o PT caminham bem.

Atrair o PT é fundamental para essa ala peemedebista: pelas contas de que ela dispõe, os 52 "progressistas" da Comissão de Sistematização perderão cinco votos fatais na questão do sistema de governo: são os votos dos petistas e pedetistas que integram a Comissão. Com isso, os "progressistas" parlamentaristas ficariam com apenas 47 votos, o exato limite da maioria absoluta da Comissão (são 93 membros, no total), margem demasiado estreita para um tema tão controverso. (CR)

Brizola denuncia parlamentaristas

Da Sucursal do Rio

O ex-governador do Rio e presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, 65, disse ontem à Folha que se encarregará, "pessoalmente, de desmascarar um a um, em todo o país, nos palanques, nas palestras, em toda parte", os deputados e senadores "que se dizem progressistas e de esquerda mas estão defendendo ao mesmo tempo o parlamentarismo e o voto direto para presidente da República". A proposta atual de parlamentarismo, segundo Brizola, é "uma iniquidade, pois há uma incompatibilidade insanável entre este regime e o voto presidencial direto".

Em entrevista em seu apartamento na Avenida Atlântica, em Copacabana (zona sul do Rio), Brizola disse que "todos os que fizeram a campanha das diretas e agora defendem o parlamentarismo estão traíndo os compromissos assumidos com o povo". Ele afirmou que o Congresso constituinte "não tem legitimidade para instituir o parlamentarismo porque foi eleito com base numa campanha que reivindicava a eleição de um chefe de governo, não de um chefe de Estado, um Belo Antônio, uma rainha da Inglaterra".



O presidente do PDT, Leonel Brizola

"povo" acabará "rejeitando as armações" atuais do Congresso constituinte e "a campanha das diretas agora vai esquentar com as denúncias contra os traidores" e porque a população, "à medida em que os constituintes forem tomando suas decisões, nesta fase final, descobrirá que foi enganada".

PEQUENAS E MICRO EMPRESAS
Resolução 135. Não aceita o recurso do gerente.
Informe-se. Tels. (011) 231-4174 - 259-6817
Gustavo Korte - Carlos Faria

"Traidores"
Na visão do presidente do PDT, o